



TRAMANDO REDES DE AFETOS

Jorge Bassani

FAUUSP

jbassani@usp.br

orcid.org/0000-0001-8968-3255

MESA-REDONDA 8: Espaços Vividos, Espaços Sentidos: Afetos, Atmosferas e Práticas Artísticas

Resumo (Tramando redes de afetos)

Este artigo expõe acontecimentos e experiências que tiveram lugar em dois trabalhos de pesquisa + extensão realizados na periferia Sul da cidade de São Paulo. Porém não são relatos dos trabalhos e sim de como o grupo de pesquisadores foi afetado ou atravessado pelas condições muito especiais em que os dois aconteceram e continuam acontecendo. Para tanto adota-se dois enquadramentos muito específicos na realização dos dois projetos: 1. O tempo de relacionamento com seus territórios; 2. As partilhas criativas que proporcionaram. O primeiro trabalho é o *Núcleo de Arte Educação Ambiental* no Bororé (PRCEU-USP), o segundo o *Praça de Aulas* no Jardim Gaivotas (CNPq), ambos são bairros às margens da Represa Billings.

Palavras-chave: Territórios; Produção de subjetividades; Pesquisa-ação; Pesquisa com extensão,

Abstract (Weaving nets of affection)

This article exposes events and experiences that took place in two research + extension works carried out in the southern outskirts of the city of São Paulo. However, these are not reports of the work, but of how the group of researchers was affected or crossed by the very special conditions in which both occurred and continue to occur. To this end, two very specific frameworks are adopted in carrying out the two projects: 1. The length of relationship with their territories; 2. The creative sharing they provided. The first work is the *Núcleo de Arte Educação Ambiental* at Bororé (PRCEU-USP), the second the *Praça de Aulas* at Jardim Gaivotas (CNPq), both are neighborhoods on the banks of the Billings Reservoir.

Keywords: Territories; Production of subjectivities; Action-research; Research with extension

Resumen (Tejiendo redes de afecto)

Este artículo expone hechos y experiencias ocurridos en dos trabajos de investigación + extensión realizados en la periferia sur de la ciudad de São Paulo. Sin embargo, estos no son relatos del trabajo, sino de cómo el grupo de investigadores se vio afectado o atravesado por las condiciones tan especiales en las que ambos ocurrieron y siguen ocurriendo. Para ello, se adoptan dos marcos muy

específicos en la realización de los dos proyectos: 1. La duración de la relación con sus territorios; 2. El intercambio creativo que brindaron. La primera obra es el Núcleo de Arte Educação Ambiental en Bororé (PRCEU-USP), la segunda, la Praça de Aulas en Jardim Gaivotas (CNPq), ambos son barrios a orillas de la presa Billings.

Palabras clave: Territorios; Producción de subjetividades; Investiga-Acción; Investigación con extensión

1. Pesquisa com extensão [tempo e partilha]

As colocações deste artigo, antes de se referir, se apoiam em dois projetos de pesquisa: o *Núcleo de Arte Educação Ambiental (NAEA)*, realizado entre 2022 e 2024 com financiamento da Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP); e o *Praça de Aulas*, iniciado em 2023 com término previsto para 2025, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Não é seu objetivo apresentar os resultados de nenhum deles, o livro com as avaliações e reflexões a partir do NAEA está no prelo e o *Praça de Aulas* está em processo. O objetivo deste artigo é refletir sobre estes dois projetos a partir de uma dimensão sempre conversada pelas pessoas do grupo de pesquisa, no entanto, nunca tratada como unidade autônoma, mas sempre diluída nas demais dimensões do trabalho, na sua efetivação e avaliação dos resultados.

Refiro-me à dimensão dos tipos de produção de subjetividades que os dois projetos operaram (e operam) no grupo de pesquisadores, ou seja, como o pesquisador, sujeito, é impactado, afetado pela atividade da pesquisa. Importante destacar que este objetivo não se revela como questão endêmica e, menos ainda, dedica-se à constatação de quanto o pesquisador se desenvolveu profissionalmente com a pesquisa, nenhuma observação quantificável faz parte de seus argumentos. As subjetividades transformadas inserem-se em um debate muito mais amplo acerca dos formatos, métodos e estratégias da pesquisa sobre territórios, em outras palavras, como a complexidade, polissemia e multidimensionalidade territoriais podem transformar-se em instrumental na formação de sujeitos de pesquisa atento e sensível às suas dinâmicas.

Portanto, vou me ater a este aspecto dos dois projetos e ambos têm muito a oferecer neste sentido. Apesar de substancialmente diferentes, eles têm muito em comum sob três pontos de vista: 1. o territorial, são trabalhos realizados cotidianamente em territórios fora da universidade; 2. a parceria, ambos contam com grupos organizados nos territórios como parceiros; e 3. o mais importante ponto para a argumentação aqui conduzida, são projetos que articulam pesquisa com extensão universitária.

Estes três pontos em conjunto configuram a condição muito especial em que estes trabalhos são realizados e os níveis de atravessamento nos pesquisadores que neles atuam. A condição é especial para estudos territoriais, porém mais enfaticamente, para a discussão sobre como o grupo é afetado pelo trabalho no território ao ponto de transformar amplamente o próprio projeto.

Na prática esta condição especial tem dois aspectos fundamentais para que o processo de trabalho impactasse tão profundamente os grupos envolvidos no trabalho, pesquisadores e parceiros do território: tempo e partilha.

Os pesquisadores são do *Grupo de Estudos Mapografias Urbanas* (GeMAP), alocado na FAUUSP. Formado em 2010 como grupo de pesquisa formal e laboratorial com o objetivo de estudar formas de representação da complexidade urbana contemporânea, dois anos depois chegou à conclusão que não se acessa esta complexidade sem entender a cidade como território, como disputas; ou seja, sem entender o emaranhado de relações do pedaço de terra com seus habitantes. Associadas a esta conclusão foram adotadas outras estratégias de estudo, em especial, a produção de mapas coletivos com comunidades territorializadas pela cidade.

Desde 2012 o GeMAP realiza o trabalho *Mapografias de São Paulo* com a construção de mapas por adolescentes de escolas públicas pelos bairros de São Paulo. O formato adotado para a realização foi o de extensão universitária, foi uma opção meramente executiva. Já nos primeiros anos do projeto ficou claro ao grupo que não era só isso. O GeMAP é afetado pelo processo, a opção executiva se tornou a menos importante, percebeu-se que a extensão era uma opção metodológica, ideológica e filosófica para os trabalhos do grupo. Nos anos seguintes ela foi adotada, inclusive, como tema de estudos aprofundados para operá-la articulada à formação e à pesquisa.

A fundamentação desses estudos e as correlatas implicações práticas seguem as orientações dialógicas de Paulo Freire, o que é bastante usual, porém ainda as mais claras e generosas na observação das trocas entre universidade e comunidade. Relevante aqui é que, amparado na proposta dialógica, o grupo identificou dois problemas graves no trabalho. Podemos resumi-los em tempo e partilhas interrompidas.

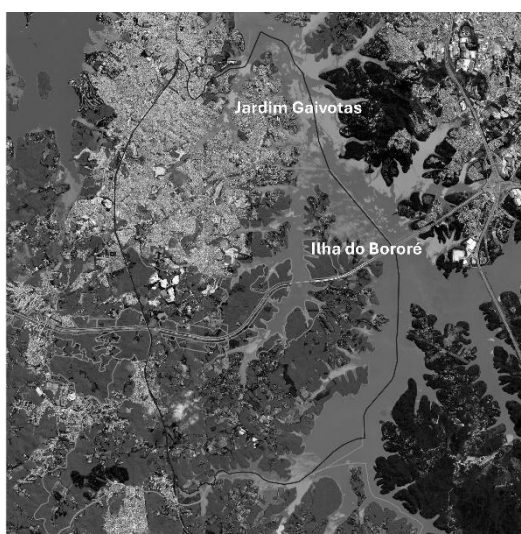
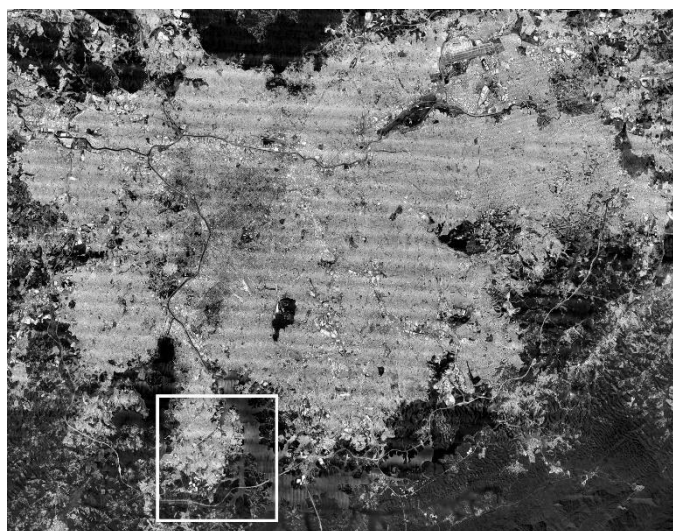
Nos primeiros anos o *Mapografias* se enquadrava no formato de projeto de extensão dos editais da USP pelo período de um ano, logo percebemos que não era o suficiente para criar laços mais profundos com o território e consolidar as parcerias locais. Convictos de que “extensão é parceria” (D’Ottaviano e Bassani, 2022), testamos estratégias para um diálogo aprofundado com as comunidades escolares, elas só se mostraram eficientes a partir de duas

condições, a permanência prolongada no território e o nível de organização e articulação dos interlocutores no território.

Desde 2017 começamos a construção dessas condições, o GeMAP está trabalhando desde então no mesmo território com os mesmos (em permanente ampliação) parceiros de projetos. Não cabe aqui descrever os motivos que emperravam a permanência mais duradoura nos anos anteriores quando o *Mapografias* foi aplicado na periferia Leste de São Paulo, mas deve ser destacado que nossa entrada no território é pela escola pública, dependendo do grau de articulação dela com a comunidade e seu território, o trabalho de extensão na parceria pode ser mais prolongado ou não.

Estamos na Zona Sul de São Paulo, às margens da Represa Billings há sete anos, somos íntimos das pessoas e dos lugares, somos amigos de muitas das pessoas, trocamos ideias e sonhos, de vida e de trabalho. É evidente que o processo de extensão e dos diálogos que pressupomos que ela constrói ficam em outro patamar. O desenvolvimento do trabalho passa a ser de autoria coletiva, são nossos projetos, do grupo de pesquisa da USP e de seus parceiros nos territórios, porque queremos coisas comuns e a via de alcançá-las é fazê-las juntos.

Figura 1. Localização dos territórios de trabalho em relação à metropole São Paulo



Fonte: Marcações próprias sobre foto aérea do Google Earth

A reflexão que incide sobre o processo de construção desses diálogos constitui parte dos trabalhos de pesquisa do GeMAP, entretanto, perseguindo os objetivos deste artigo, é necessário destacar como questão metodológica, que a pesquisa não incide sobre o trabalho ao término da extensão universitária. Enfatizadamente pelo contrário, ela deve percorrer todo o processo. Só assim o pesquisador, atravessado pelas trocas proporcionadas pelo território, constitui-se como sujeito da pesquisa e do território.

Esta articulação de pesquisa e extensão é o centro nervoso dos dois projetos apresentados neste artigo, contudo não são projetos associados aos trabalhos de extensão em curso pelo GeMAP na Represa Billings, cada um deles forma uma unidade integral, com objetivos, justificativas e métodos específicos e localizam-se em territórios diferentes do

universo do Grajaú. Porém, são em territórios e com parceiros que o grupo mantém estreita relação depois desses anos todos.

A unidade de cada projeto constrói a pesquisa lançando os próprios métodos e procedimentos na articulação com a extensão. O histórico do GeMAP constituiu uma base sólida para que essa articulação não fosse um adereço de projeto, mas sim sua matriz metodológica.

O NAEA é um projeto de pesquisa em parceria com o *Laboratório de Ensino e Material Didático* (LEMADI - FFLCH-USP) que objetiva discutir as políticas públicas para a educação e propor métodos de formação continuada no currículo dos ensinos fundamental e médio a partir do cotidiano no território. Entre 2022 e 2023 realizamos um piloto do projeto na escola Prof. Adrião Bernardes na Ilha do Bororé, escola e território onde estávamos com o trabalho de extensão nos últimos anos.

O projeto piloto colocou em prática os métodos propostos pelo Núcleo para subsidiar a avaliação metodológica e a reflexão sobre as políticas públicas para a educação e o meio-ambiente, bem como, a própria noção de território educativo. Sua efetivação foi no formato de extensão, oficinas, rodas de conversa e atividades de reconhecimento territorial fora da escola. Mas cada atividade de extensão configurava um campo de pesquisa. Se a questão fundamental do projeto é a trans-formação dos sujeitos no território, acompanhar cada atividade constitui numa experiência de pesquisa que, além da coleta de dados e informações, incidiu na formação do sujeito pesquisador frente ao seu problema.

O Praça de Aulas é um projeto apoiado na parceria com coletivos artísticos e ambientalista que promovem trabalhos no Jardim Gaivotas, Grajaú, São Paulo. O projeto foi contemplado em edital do CNPq direcionado à “divulgação científica e cultural” concorrendo com grandes museus e centros culturais, tendo como base institucional uma pequena sede na periferia da cidade. Em nosso entender o reconhecimento do CNPq está condicionado ao problema de pesquisa do GeMAP: como capilarizar a difusão científica-cultural nas periferias metropolitanas. Seu objetivo é discutir e propor alternativas a partir dos espaços públicos periféricos concentrando esta perspectiva de difusão do conhecimento, seja ele erudito ou dos saberes territorializados.

O projeto global pesquisa + extensão, ainda em andamento, foi criado já em diálogo com coletivos do Jardim Gaivotas que constitui o Ateliê da Margem, onde acontecem as atividades extensionista que definem o campo para a pesquisa. Ele acompanha as atividades normais dos coletivos no território a partir de quatro chaves: permacultura, navegação, arte

urbana e alimentação saudável. Enquanto pesquisa registra e discute as atividades a partir da participação nelas, os resultados ainda estão em fase preliminares, mas devem seguir o princípio dialógico da produção em conjunto.

Figura 2. Projeto de extensão no Bororé, atividade com crianças em parceria com Ecoativa e Imagem



Fonte: Acervo GeMAP

Apresentei muito sinteticamente os vínculos de cada projeto com a extensão, ou melhor, os dois projetos no contexto da extensão, para enfatizar o que verdadeiramente qualifica essas pesquisas e afetam seus pesquisadores, a pré-existência do *campo*. Na *teoria do campo* de Kurt Lewin, um acontecimento é resultado de uma multiplicidade de elementos internos e externos na produção do comportamento, físico, verbal, afetos e emoções. Contudo, para o psicólogo:

É correto que a teoria de campo enfatize a importância do fato de que cada evento é o resultado de uma multiplicidade de fatores. O reconhecimento da necessidade de uma representação clara desta multiplicidade de fatores independentes é um passo na direção da teoria de campo. (Lewin, 1988, p 53)

Ou seja, o *campo* é representável, o autor sugere o diagrama, onde espaço, posicionamento e a incidência de vetores dos elementos internos e externos sejam claros, no centro do diagrama está explícito ou implícito o sujeito, individual ou coletivo, que compõem o *campo* e o representa na medida em que nele interpreta-se a própria existência do *campo*.

Não à toa, uma parte da teoria de Lewin migrou para o desenvolvimento de sua ideia de *terapia de grupo* ou da psicologia social. E também não à toa é uma das principais referências para os métodos de pesquisa-ação.

Com efeito, talvez seja o principal problema para aplicação de métodos de pesquisa-ação, a formação do *campo* com o grupo disposto e estimulado a participar dos trabalhos. Nos dois projetos o *campo* já está formado e representado e ele foi construído pelo grupo de participantes no trabalho, não somente pelos pesquisadores acadêmicos. Configura um *campo* definido por pessoas que participam de um processo, estão envolvidos em algo que lhes diz respeito porque foram elas mesmas que definiram os problemas da pesquisa, seus desejos estão em jogo. O *campo* não existe para colher dados, se trata de colher experiências e saberes de vida, os parceiros não são objetos de pesquisa, são sujeitos tanto quanto os membros do GeMAP, todos subjetivados no território, a pesquisa se coloca antes como *dispositivo* (Agamben, 2009) do que como um veredito.

Neste ambiente de trocas e de construção coletivas de subjetividades são tramadas redes de afetos de grande incidência sobre os indivíduos e sobre o coletivo, por isso falamos em rede, nada relativo ao mundo digital, diametralmente contrária, afetos físicos, presenciais, sensíveis, cada um é um nó (platô) que existe em uma rede que articula o corpo coletivo.

Como toda rede, esta também expõe graus distintos de tensão. Os afetos que promovem são de duas naturezas diferentes, mas que se sobrepõem na construção de subjetividades. A própria palavra *afeto* tem uma ambiguidade semântica, pode estar relacionada à afeição, mas também ao verbo afetar. As duas possibilidades coexistem quando se forma um *campo* (territorializado) para pesquisa-ação que seja diverso (parcerias), construído ao longo do tempo e profundamente marcado pelas partilhas.

Os e as integrantes da rede criam afeição umas pelas outras, se tonam amigos e amigas, passam a ter carinho uns pelos outros, mas também são afetados e afetadas pela presença e expressões de cada nó do corpo coletivo, ou seja, as pessoas (pesquisadores e parceiros da comunidade) são afetadas, impactadas, incomodadas; são deslocadas de seus lugares de conforto e de passividade para outros de atuação e embate. Aí se contrói o trabalho com grande potencial transformador porque ninguém sai como entrou nessa rede.

2. Mapografias do território [arte e meio ambiente]

O *Grupo de Estudos Mapografias Urbanas* (GeMAP) foi formado no âmbito de um curso de urbanismo (FAUUSP, 2010) para estudar, por meio da pesquisa e extensão, as

representações do território e seus conflitos. Com o tempo, passou a se entender como um grupo de estudos territoriais observando que o próprio território, e suas múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2007), é a questão fundamental.

Estudo(s) territorial(is) é uma sobreposição de recortes em diversos campos do conhecimento, não ocorre na intersecção plana de disciplinas, ele pressupõe mais uma curva de Möbius atravessando diversas disciplinas e voltando a elas mesmas, não são unicamente estudos interdisciplinares, são estudos e atividades transdisciplinares. Porém, em qualquer situação ou circunscrição ele se utiliza de mapas, talvez até mesmo por esta porosidade e fluidez disciplinar (e metodológica) necessite dos mapas.

Nessas condições, o mapa foi (e está sendo continuamente) reposicionado nos trabalhos do GeMAP. Ele não se trata do objeto de estudo, este é o território, o mapa é o instrumento para portabilizar o que se percebe e reflexiona sobre o território, no entanto, também é muito mais. O mapa reconstrói o território e ele próprio consiste em um território, ele comporta enunciados incidentes e enunciados excedentes do território físico e semântico.

“O mapa não é neutro”, se diz constantemente, ele é um dispositivo ideológico destinado a produzir subjetividades, ou seja, como também é dito constantemente, “o mapa é uma máquina de poder” sobre o território. Não há como se territorializar sem, em algum momento, se utilizar de mapas na infinitude de tipos que as diversas disciplinas empregam. Em síntese, mais do que a representação do território, o mapa são os múltiplos enunciados sobre o território em atrito num novo enunciado, como nos diz Deleuze e Guattari:

[o mapa] contribui para a conexão dos campos, [...] para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. [...]. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 23)

Também, motivados por estes atributos da manuseabilidade, do mapa que optamos pelo nome de *mapografias* ao invés de cartografia. O segundo, por um lado é muito técnico e por outro é elástico demais. Cartografia tem origem nas cartas marítimas, ou seja, muito técnico, codificado e exato, mas nos usos atuais do termo pode ser qualquer coisa, cartografias de narrativas, uma listagem, sequências fotográficas, diagramas, um audiovisual.

Usamos *mapografias* como alternativa às duas faces. Mapa é menos técnico e cifrado para iniciados do que a *carta*, é um termo coloquial e frequenta o imaginário das histórias infantis e dos mistérios dos aventureiros; por outro lado remete menos à imensidade de linguagens e suporte, é um grafismo sobre o plano, papel, mas também muros da cidade e lousas das escolas. Damos especial atenção a que, nos entendimentos mais prosaicos, mapa é

um papel desenhado com descrição e narração dos espaços localizando, e qualificando, os eventos da vida de quem os habita e frequenta.

Os primeiros exercícios com mapas, no início do projeto de extensão *Mapografias de São Paulo*, consistia em cada participante identificar num mapa da cidade projetado na parede, sua casa e a escola, posteriormente definia-se uma escala para um enquadramento no qual era localizável a casa e a escola para uma impressão em A4. Sobre o papel impressos cada estudante de ensino médio marcava o trajeto de casa à escola e em papeis de diversos formatos registravam de memória marcos e paisagens do percurso.

Figura 3. Projeto *Mapografias de São Paulo*, mapas de trajetos casa - escola



Fonte: Acervo GeMAP

Era um exercício individual e preparatório para o que de fato interessava ao grupo, os mapas coletivos. O primeiro deles era o emaranhado de caminhos sobre um único mapa com todos os individuais sobrepostos, ainda localizacional e objetivo. Contudo, seu fazer incitava o grupo a registrar outras dimensões e outros significados do território. Grafar sobre uma base comum os diversos caminhos, colocava todas e todos na condição de narrador de um

percurso, o fazer juntos promovia de forma marcante e sensível a partilha das experiências diárias nos trajetos.

A construção coletiva certamente consistia no grande acontecimento do trabalho da extensão. Nessas atividades o coletivo se instituía como corpo, a unidade de múltiplas singularidades que só é possível pela partilha. Também nela que surgem outros sujeitos sabendo-se produzidos por um fazer coletivo e autônomo, portanto com altos índices de subjetivação política e participativa.

A construção de mapas coletivos se oferece como prática formativa do cidadão, no sentido estrito – o sujeito que atua com autonomia participativa nas decisões de sua comunidade e sua cidade nas dimensões política, cultural e física. (Bassani, 2022, p 100)

Entretanto, além da fundamental “formação cidadã” e da rede de afetos que compartilhar experiências e saberes proporciona, quando estabelecida na construção de mapas mostra-se grande eficiência para a compreensão do território em dois sentidos: um de dentro para dentro e outro de dentro para fora.

No primeiro, o mapa que surge de uma ação do grupo com autonomia para decisões, das vontades próprias, longe de qualquer abstração ou codificação externa ao grupo, apresenta em sua materialidade um rastro de trocas e subjetivações, ele é o que é, uma construção coletiva de um território. O mapeamento de dá pela partilha das experiências vividas que se mostram agrupadas e resultado do comum, do estarem juntos num tempo e num espaço. A presença e ação desse grupo de jovens estudantes sobre o espaço o define enquanto território, em outras palavras, os mapas coletivos que produziram são o território porque são seus códigos que o construíram. Ou seja, de dentro para dentro, a construção de mapas coletivos pode ter o potencial de consciência de que quem constrói o território, e sua razão de existir enquanto tal, é a própria comunidade que a habita.

Figura 4. Projeto *Mapografias de São Paulo*, exercícios com mapas coletivos



Fonte: Acervo GeMAP

De dentro para fora, o mapa coletivo é um instrumento de conhecimento profundo do território para os externos a ele, no nosso caso, sujeitos da universidade. Quase todos os dados quantificáveis e morfológicos de uma cidade como São Paulo estão mapeados e disponibilizados (pelo GeoSampa - <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/> -, por exemplo). Eles nos mostram verdadeiramente cada território? Não, certamente que não; no máximo, em recortes disciplinares limitados, mostrem muitas de suas características, mas não suas dinâmicas e, em especial, como cada um reage à sua maneira aos enunciados externos, principalmente os dos poderes estabelecidos.

Um território não se faz só de quantidades e funções, suas qualidades importam profundamente para sua compreensão. Estas não estão mapeadas e se alteram absolutamente a cada instante. O mapa coletivo tem o potencial de registrar com máximo múltiplo comum de como os espaços vividos e sentidos pela comunidade são transformados em território por ela mesma; isto em linguagens abrangentes e sobrepostas. Quando falamos em estudos territoriais, esta dimensão não pode ser excluída, sob risco de um entendimento distorcido das relações dos moradores com seu habitat, das formas e códigos com os quais se territorializam. Para participantes externos, pesquisadores, isso só se transforma em produção de subjetividade se participarem da construção coletiva, caso contrário, são passíveis observadores e anotadores de impressões impermeáveis à experiência.

Nos dois projetos tratados aqui, *NAEA* e *Praça de Aulas*, os mapas estiveram presentes em intensidade e diversidade, mas cada qual à sua maneira. O primeiro, no Bororé, é um projeto criado em parceria acadêmica do GeMAP com o LEMADI da Geografia e implementado em parceria com o coletivo Casa Ecoativa bastante atuante no bairro e na escola. Como é um projeto que procura incidir nas políticas públicas para a educação, propondo alternativas continuadas a partir da escola na formação de sujeitos em áreas de proteção ambiental, os mapas comparecem como instrumentalização.

Figura 5. *NAEA*: Mapas coletivos em estêncil e maquete



Fonte: Acervo GeMAP

Nessas condições os mapas foram utilizados principalmente como ferramentas de compreensão do território. Não que os mapas construídos no projeto eram puramente instrumentais, inclusive muitos foram feitos coletivamente e com abrangência temática que incluía aspectos não materiais do território, como as dinâmicas culturais, por exemplo. Contudo, o Núcleo na escola foi estruturado em quatro blocos: 1. Paisagem e ambiente; 2. Cuidados com a terra; 3. Expressões do território; 4: Patrimônio cultural, material e imaterial. Esses quatros blocos e sua articulação dependiam de conhecimentos expeço das condições físicas do território, portanto a utilização de mapas instrumentalizou a interpretação do território. A oficina inaugural do *NAEA* foi a construção de um mapa tridimensional para servir de referência física a todas as outras atividades, foi feita uma maquete de grande tamanho com a topografia e a relação com a represa da Ilha do Bororé.

No projeto *Praça de Aulas*, direcionado mais especificamente aos espaços públicos e às ações de intervenção física por parte do poder público no território do Jardim Gaivotas, os mapas produzidos estão mais conectados com a percepção do território pela comunidade, especialmente jovens do ensino fundamental e médio. Sem renunciar à espacialização de eventos e equipamentos, da geografia do terreno e da presença marcante da represa, a

mapografia do Gaivotas foi conduzida antes nos fluxos pelo território do que pela informação cartográfica mais tradicional. As condições físicas como geomorfologia, a represa e a infraestrutura fixavam acontecimentos do território que participavam dos mapas a partir da percepção que os jovens tinham deles.

O coletivo *Imargem*, parceiro do projeto no território, tem longa experiência na construção de mapas coletivos com jovens do bairro. Por meio do projeto *Cartografite*, o coletivo tem desenvolvido um grande acervo de bases para imprimir mapas em geral nos muros da região. A união de métodos e estratégias do GeMAP com o *Imargem* na *Praça de Aulas* tem promovido de forma acentuada a produção de mapas coletivos ao ar livre, longe dos mapas sobre papel ou tela digital nos espaços internos.

Importante destacar que, em função do longo tempo de diálogo com as comunidades citadas e, com ênfase, a equidade dialógica do GeMAP com os parceiros nos territórios, a etapa inicial de mapas individuais e localizacionais, empregados nos trabalhos de extensão, deixou de ser necessário. Nos dois projetos que articulam pesquisa e extensão, os trabalhos mapográficos se concentraram nos mapas coletivos, analíticos e colaborativos muito mais profundos e instigantes para a pesquisa e muito mais audaciosos na pretensão de transformações no território por ação articulada com a comunidade.

3. Territórios e expressões [paisagens culturais]

Em 1992 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) instituiu uma nova categoria de valorização do patrimônio cultural e ambiental no mundo, as “paisagens culturais”. O título, de reconhecimento internacional, é atribuído a regiões com paisagens que apresentem peculiaridade por meio da ação humana. Em 2012 o Rio de Janeiro se torna a primeira área urbana no mundo a receber a chancela. *Os locais da cidade valorizados com o título da Unesco são o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara.* (portal.iphan.gov.br/)

Sem dúvida é uma *cidade maravilhosa*. Mas, também sem dúvida, nos faz pensar: Qual a natureza da ação humana que produziu estas paisagens? Quais preocupações elas tinham com a peculiaridade dos modos de vida de quem as habitava e já as tinham construídas? As paisagens que nos deparamos subindo os morros da *cidade maravilhosa* são menos culturais?

Em qualquer acepção do termo paisagem é difícil não o entender como um fato cultural, desde os pintores paisagistas do XVII se sabe que a paisagem não está no objeto e sim no sujeito, portanto, sempre, em alguma medida, é fruto da ação humana. Na época de neoliberalismos e dos ativos econômicos implementados na cidade, a chancela da UNESCO é antes de qualquer coisa, um incentivo ao turismo, é um órgão internacional dedicado à educação e cultura ofertando uma ajuda à exploração econômica das cidades e da natureza. Entretanto, nos lembramos disso porque parece muito interessante pensar em “paisagem cultural” nos territórios periféricos das cidades do Brasil.

Figura 6. Praça de Aulas: Mapas grafitados no bairro e exposição de fotografias em frente à escola



Fonte: Acervo GeMAP

É francamente impossível aqui observar em profundidade este tema dado a quantidade de camadas e vieses para qualquer observação. Porém, algumas questões vinculadas a ele são bastante significativas para este artigo. A primeira delas é que toda e qualquer comunidade periférica está cotidianamente construindo seus territórios, portanto construindo paisagens. Todas muito culturais, feitas com arte, técnica e desejos em meio à precariedade infraestrutural. Contudo, diferentemente das paisagens culturais da UNESCO, assim proclamadas para serem preservadas, as das periferias são construídas e transformadas constantemente pela ação dos habitantes e seus hábitos no cotidiano.

Território e paisagem são conceitos polissêmicos, mas, com qualquer delimitação, sempre diferentes, paisagem é uma dimensão do território, aquela sensível e significativa. Portanto, é por meio da paisagem que o território se faz sensível, afeta nossos sentidos e reagimos aos estímulos que nos proporcionam, nos transformamos como sujeitos. (Juliasz e Bassani, 2023, p 124)

Outra questão é relativa aos traços formais e físicos destas paisagens construídas. Em panorâmica genérica e superficial, as periferias metropolitanas do Brasil são bastante homogêneas, autoconstrução, irregularidade viária e fundiária geram imagens semelhantes

dos apinhamentos de blocos à vista. Contudo, ao adentrarmos esses territórios uma paisagem absolutamente singular e identitárias é escancarada, nenhuma paisagem dos territórios periféricos é igual a outras. Cada uma delas é a construção permanente sobre a imagem falsamente homogeneizada que, em si, já constituía o sensível de um território particularizado.

Sobre estas duas questões, a terceira e definitiva: o que reconstrói permanentemente estas paisagens são as expressões do território. Na dimensão do sensível, o que vemos e ouvimos não são produtos da ação pragmática, a construção de uma moradia, por exemplo. São resultados do puro desejo de se expressar, de se identificar e codificar o território, o que vemos e ouvimos são pinturas sobre muros e casas, sons do hip-hop ou do samba. São paisagens muito mais culturais que o envoltório de grandes monumentos, simplesmente porque são feitas unicamente de arte, sem as funcionalidades, mesmo que históricas, dos grandes eventos construídos.

Ao frequentar as periferias de São Paulo esta situação é notável, certamente, o mesmo acontece no Rio de Janeiro e outras metrópoles brasileiras. Cada bairro, vila, região das periferias constitui-se como território absolutamente particular porque os códigos de territorialização são próprios de quem os habita. Alguns alcançaram fama internacional pela profusão de arte urbana que produzem, São Mateus na Zona Leste é assim, da mesma forma que Perus na Zona Norte. O Grajaú é um desses lugares muito conhecidos pelos circuitos de arte urbana, a Ilha do Bororé e o Jardim Gaivotas se localizam no Grajaú.

Os dois territórios onde colocamos em prática os dois projetos deste artigo, estão no Grajaú, mas, em todos os sentidos, absolutamente diferentes, como outros inúmeros no Grajaú, cada um à sua maneira interage com a atmosfera cultural da região. As diferenças entre o Bororé e o Gaivotas são profundas, muito além e aquém das questões culturais, um está em área de proteção ambiental (APA Bororé – Colônia), o outro imerso no super adensamento periférico do Grajaú, mas ambos às margens da Represa Billings, duas penínsulas na enorme represa.

Os principais parceiros do GeMAP na região são os coletivos *Casa Ecoativa* e *Imargem*. Eles se conhecem e tem um largo histórico de trabalhos conjuntos, os dois estiveram conosco no NAEA, mas cada um opera cotidianamente em seu território e propõe ações de mobilização dos jovens que o habita. Contudo, chama muito a atenção que os códigos e as linguagens não são determinados por estas práticas cotidianas, e sim pelo próprio território.

Explicando melhor: o “centro urbano” do Bororé é o entorno da Capela de São Sebastião, lá tem uma grande pintura mural denominada *Mural da Memória*, foi feita pelo Imargem em atividades promovidas pela Ecoativa com jovens locais. O resultado formal em nada se parece com os trabalhos com grafites do Imargem no Jardim Gaivotas, a linguagem é outra, mais naturalista e com certo tom historiográfico, ao passo que no Jardim Gaivotas o coletivo assume um tom mais lúdico e traços gráficos muito mais livres.

Figura 7. Praça de Aulas: partilhas do sensível



Fonte: Acervo GeMAP

Esta observação contribui decididamente para a compreensão dos atributos do território. de sua natureza e paisagem codificada pela relação única, que não se repete em nenhum outro lugar, dos moradores com sua terra. E, sobremaneira, nos alertar de como é fundamental compreender as expressões do território para acessá-lo e, mais do que se aproximar dele, conseguir fazer parte dele.

Estou usando o termo *expressões* para evitar equívocos com a acepção burguesa do termo *arte* e sua disfunção social, e mesmo cultural. Todavia, me refiro a arte, sim, aos procedimentos artísticos, às questões de linguagem e de estética. E assim chegamos no ponto essencial desta parte do artigo, as subjetividades criadas pela experiência artística.

Muito além de nos contar sobre as entranhas do território, o que já é significativo, ativar um *campo* de pesquisa-ação por meio de atividades artísticas, aquelas que fazem aflorar as expressões do território, afeta profundamente o grupo de participantes. Nestas atividades os limites e perímetros entre todas e todos, especialmente entre o grupo de pesquisa e os sujeitos do território, se dissolvem e o coletivo em movimento se destaca. São atividades que definem um tempo e espaço de partilha especial, a do sensível, como a identifica Jacques Rancière:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. (2009, p 15)

As *partes exclusivas* configuram as imaterialidades que transformam os sujeitos, as novas subjetividades produzidas, sejam elas nos sujeitos do território, sejam elas nos sujeitos da pesquisa e extensão universitárias.

Tanto no NAEA como na Praça de Aulas, este tempo-espço foi criado, em cada projeto um processo diferente, mas ambos amparados sobre as vibrações dos agentes sobre seu território. Assim, fazer um mapa coletivo foi uma experiência artística, andar no reserva natural ou na margem da represa foi, e continua sendo, uma experiência artística, grafitar muros da escola e do bairro, também. Nos dois projetos o que determinou (e determina) as novas subjetividades e, promovidas por elas, as transformações territoriais, foram as partilhas de sensibilidades.

4. Atravessamentos – sujeições e subjetivações [não somos mais os mesmos]

O objetivo deste artigo foi discutir, a partir de dois projetos, um finalizado e outro em realização, os processos de subjetivação no grupo de pesquisa e em seus membros.

O GeMAP é um grupo que atua no ambiente universitário e nas periferias de São Paulo com pesquisa e extensão. São territórios bem distintos, tem chão, gente e códigos próprios e absolutamente diferentes, o primeiro, mesmo com pessoas do grupo que vem de bairros distantes para estudar na USP, no exercício do trabalho em pesquisa, nos é familiar e próprio, estamos territorializados nele, conhecemos seus códigos e participamos de sua recodificação. No segundo temos que nos territorializar, não mais como grupo de pesquisa, entidade codificável somente no ambiente universitário, mas como grupo de sujeitos que estão lá, num espaço e tempo delimitáveis.

Tanto a condição entre territórios quanto a territorialização dos seus trabalhos, não são condições circunstanciais. Elas fazem parte do escopo investigativo e metodológico do grupo, estar entre territórios fomenta e articula os estudos territoriais, lhe fornece espessura. Também tanto uma quanto a outra geram tensões. A tensão é desejável como força motriz contra a inércia acadêmica, a tensão raramente é negativa nas relações, mesmo nas afetivas, ela move não um, mas o plural, para outros lugares e outras experiências, seja de afeto, seja de diálogo ou confronto.

Territorialização do trabalho é uma noção que pode, para o grupo e para quem nos lê, ser escamada de diversos conceitos e diversas interpretações, não é o caso de listá-los agora,

mas é o caso de se colocar o que quero dizer com *territorializar* e, com efeito, não um corpo ou objeto, mas ideias e ações. Com esta finalidade elenco três condições, entre uma infinidade, algumas engendradas pelo grupo outras sequer imaginadas por ele, que em nosso entender definem a territorialização dos nossos trabalhos, nenhuma delas associada ao fato deles serem feitos em um lugar ou outro: 1. Pisar o chão, o corpo e os sentidos presentes; 2. Acessar os códigos, não como interpretador, mas como decodificador e recodificador; 3. Tecer redes de afetos.

Para agenciar estas três condições mínimas para a territorialização, o grupo desenvolve métodos e estratégias, a maioria delas advindas da observação de práticas colaborativas independentes e de teorias consolidadas da pedagogia (Paulo Freire), da política (Felix Guattari), da filosofia (Jacques Rancière), entre muitas outras, porém uma grande parte das estratégias é puramente intuitiva, só nos ocorre no processo de abdução pelo território.

Contudo, entre todas, uma é a que detona todo o processo de territorialização, a parceria. Estar com gente do território não é uma condição somente física, para ser parceria necessariamente deve definir um comum por meio das partilhas, de ideias e ideais, de projetos e desejos perante a vida e perante um trabalho, contar e ouvir seus fazeres e porque faz.

Associada à parceria, outra conduta, antes de estratégica, necessária (pelo menos para nós) é a frequência, presença e tatilidade no território pelos tempos necessários para fruição de seus elementos e fluxos. O trabalho é realizado *in loco* e em parceria. Só pela localização não se territorializa, mas pela frequência do território sim, pisar o chão e decodificar o território só é possível estando imerso nele.

Para muitas coisas na vida, incluindo a pesquisa, a viabilização vem pelo foco e planejamento, o quê, por que e como (objetivo, justificativa e métodos), para construir uma rede de afetos não. Em outras palavras, não basta querer para você estar numa, não existe um rito de entrada numa, simplesmente acontece quando você percebe que ela existe e você participa dela, ela é como Michel Foucault define o *acontecimento*, *a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção* (Cardoso, 1995, p 59). Ela depende da qualidade da partilha.

Principalmente, ela é dependente da ruptura do sujeito desterritorializado e do sujeito reterritorializado, entre todos que compõe o *campo* de partilhas, o aniquilamento do avatar universitário e do avatar periférico. A rede de afetos se estabelece no devir sujeito que a partilha induz, necessariamente produz novas subjetividades.

Pouco acima citamos três autores para exemplificar os alinhamentos teóricos que sustentam parte dos nossos métodos e estratégias de territorialização. Entre os três eu queria destacar Paulo Freire para finalizar este artigo. O destaque principalmente por seu apego à *práxis* (teoria + prática) transformadora e como esse apego o conduziu a ideias muito claras de *pedagogia da autonomia*, *pedagogia da emancipação*, *extensão dialógica*, mais do que nomes de livros, essas ideias tornaram-se palavras-de-ordem. Se temos a pretensão, por meio do trabalho acadêmico, alcançar essas ideias e colocá-las como metas, temos que operar sobre a dicotomia sujeição e subjetivação.

A superação da sujeição se dá pela produção de outras subjetividades, isto é certo. No entanto, a sujeição atua sobre sujeitos previamente construídos, porém sem comportar novas subjetividades sob risco de se perder o controle do sujeitado. De certa forma a sujeição é uma produção de subjetividade que se encerra em si própria, que asfixia qualquer outro, em especial os advindos dos dispositivos do território. A superação da sujeição só é possível com a construção de outros sujeitos que não os subjugados, antes da destruição das máquinas que os produzem, seja na universidade, seja no território periférico, elas não atuam sobre sujeitos emancipados.

Entretanto, se quisermos ser radicalmente freirianos, temos que considerar o dialógico como transformações nos dois polos posicionados para o diálogo, isso exige equivalência de volumes de quem e quando fala e produção de novas subjetividades, não só na comunidade alvo, a atendida, pelos trabalhos de pesquisa e extensão, nada mais anti freiriano que esta ideia. A produção de subjetividades que o trabalho-dispositivo produz deve se dirigir especialmente ao pesquisador e à pesquisadora.

5. Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. In: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. V. N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009

BASSANI, Jorge. **Mapas pra quê?** In: AMARAL, L e SCHWARTZ, R. **Entre territórios e redes – arte, memórias, cidade**. São Paulo: Manuscrito, 2022 pp 91 - 107

CARDOSO, Irene A. R. **Foucault e a noção de acontecimento**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995 pp 53 – 66

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad A. Guerra Neto e C. P. Costa. São Paulo : Ed. 34, 1995

- D'OTTAVIANO, Camila e BASSANI, Jorge. **Extensão universitária: parceria e formação**. En Revista Masquedós N° 7, Año 7. UNICEN. Tandil, Argentina, 2021 pp 1 - 14
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
- _____. **Pedagogia do oprimido** 23 ed. RJ Paz e terra. 1987
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo** 3 ed São Paulo: Brasiliense. 1985
- _____. **Caosmose – um novo paradigma estético**. São Paulo. Ed 34, 2012
- HAESBAERT Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**, *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007 pp 19 - 45
- JULIASZ, Paula e BASSANI, Jorge. **A paisagem no ensino da geografia e a leitura totalizante: a prática (social) interdisciplinar** In: As Paisagens dos Riscos Sociais. Educar para diminuir a Vulnerabilidade - Volume: 13 da série “Estudos Cindínicos”. Lisboa, 2023 pp 111 - 134
- LEWIN, Kurt. **La teoria del campo em la ciência social**. Barcelona: Ed Paidos, 1988
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo, Ed 34, 2009
- _____. **O desentendimento – política e filosofia**. São Paulo, Ed 34, 1996